
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UMA NAÇÃO POR MEIO DA LÍNGUA ESCRITA E FALADA

José Ricardo Carvalho (UFS)¹

RESUMO

Podemos dizer que a construção da identidade de uma nação está vinculada a língua falada por este povo. A língua não é apenas um veículo de transmissão de informação, mas sobretudo instrumento de poder. Em muitos momentos, é possível observar o domínio de um grupo social sobre outros por meio da força bruta e imposição de sua língua. Na história da língua portuguesa falada e escrita, é possível perceber a luta para sedimentar uma forma de falar e de escrever com muitas disputas e embates. No Brasil as relações de poder se efetivaram por meio de imposição de uma língua oral e escrita idealizada que exclui as diferenças linguísticas. Quando os portugueses chegaram nas terras brasileiras, muitas línguas eram faladas pelas tribos que habitavam nesta região (Auaque, karib, Tupi, o Jê, entre outras). Isso fez com que os contatos entre os europeus e os índios ocorressem em uma esfera multilíngüe. Os contatos se acirraram com a chegada dos africanos. Os registros linguísticos que circulam na colônia sofrem uma série de modificações, na medida em que incorporam contribuições das línguas africanas (Nagô, Quimbundo, Congoesa, Yorubá) e de línguas européias. As novas formas linguísticas vão sendo transmitidas aos descendentes dando nova expressão a língua portuguesa. Dessa forma, este trabalho pretende avaliar o processo de disputa na constituição do idioma português falado e escrito no Brasil

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a construção da identidade de uma nação está vinculada a língua falada por este povo. A língua não é apenas um veículo de transmissão de informação, mas sobretudo, instrumento de poder. Em muitos momentos na história da humanidade, é possível observar o domínio de um grupo social sobre outros por meio da força bruta e imposição de sua língua. Isto acontece porque o modo como a língua é constituída e assumida por um povo revela seu modo de expressar e de conceber uma dada visão de mundo constituída. Aquele que subjulga outros povos acaba por tentar regular mecanismos linguísticos expressivos da cultura oponente para resignificar a realidade de outra forma, entretanto, observa-se a todo instante um movimento de resistência, fazendo com que a língua não permaneça imóvel diante dos falantes que as transformam. Sendo assim, a constituição de um idioma está vinculada às relações de poder entre as diversas instâncias sociais.

No percurso da história da língua portuguesa falada e escrita, é possível perceber a luta para sedimentar uma forma de falar e de escrever com muitas

¹ Prof. Dr. do Núcleo de Educação do Campus de Itabaiana (UFS). Pesquisador do GEPIADDE.

disputas e embates. Este processo tem início, entre os séculos III a.C e V d.C, com a dominação dos romanos, sobre outros povos, impondo parte do continente europeu a adotar o latim como língua oficial. A apropriação de uma língua imposta, diferente daquela falada anteriormente por um determinado povo, tende a sofrer transformações intensas e até mesmo promover a construção de novos dialetos e idiomas. Cada grupo, a partir de seus saberes consolidados, e no contato com outras civilizações, acaba por desenvolver uma dinâmica própria, elaborando uma forma de realização lingüística.

As relações de poder na Europa vão se reconfigurando na Idade Média, tomando como ponto de partida o controle do discurso escrito para difundir idéias. Uma das estratégias para este intento foi a consolidação da latim como língua hegemônica e símbolo de poder da Igreja. Os documentos e registros são grafados em latim, permitindo que poucos tenham acesso às informações. Desta forma, dificultou-se a democratização dos saberes produzidos pela humanidade em uma língua diferente, concentrando os registros escritos nas escolas monásticas. Graças a um amplo processo de resistência, os portugueses, assim como outras nações, conseguiram adaptar o sistema de escrita latina para a sua língua materna, adotando novas formas de expressão verbal pela via do discurso escrito. Tal processo pode ser observado nos registros que temos sob a consolidação da língua portuguesa e a construção de seu sistema ortográfico.

A Igreja, durante muitos séculos, foi guardiã do saber ocidental acumulado pela humanidade, fez do Latim uma língua de poder. Para se exercer qualquer função intelectual ou religiosa nas sociedades feudais era preciso aprender a ler e a escrever a língua latina nos mosteiros. Dessa forma, a Igreja concentrava em suas mãos uma grande quantidade de informações que não podiam ser lidas em outra língua que não fosse à proferida nas escolas monásticas.

Os registros escritos da língua falada no dia-a-dia eram bem pouco usados, visto que não havia uma preocupação com o ensino da escrita na língua vernácula. Os textos escritos na língua do povo, produzidos na Idade Média, na verdade não eram para ser lidos, mas para serem ouvidos. Daí a presença de um sistema de pontuação que orientasse a entonação das falas escritas no ato da leitura.

Podemos dizer que enquanto o Latim era considerado a língua da sabedoria, as línguas maternas eram tratadas como expressão de afetividade a ser cantada em trovas e versos nos momentos de congregação. Para ilustrar as afirmações aqui apresentadas, tomamos como referência uma crônica escrita nesse período a respeito da morte do filho do rei de Leão e Castela, Afonso VI.

“Na batalha de Uclés (1008), em que foi derrotado pelos mouros, Afonso VI, conquistador de Toledo, rei de Leão e Castela, perdeu um filho querido. A crônica latina em que é narrado este acontecimento interrompe o texto latino para reproduzir a

lamentação do rei na sua própria língua materna: ‘Ay meu fillo! Ay meu fillo, alegria do meu coração e lume de meu ollos, solaz de mia velhece! Ay meu espello em que me soia veer e com que tomaba gran prazer! Ay meu herdeiro mor. Cavaleiros u me lo leixastes? Dade-me o meu fillo, Condes!’. Qualquer leitor entende que o rei de Leão e Castela se estava queixando em galego que era a sua língua afetiva, a sua língua de criação... ” (SARAIVA, 1999, p. 9)

Com a unificação dos estados e a consolidação das monarquias no final da Idade Média, inicia-se um amplo processo de valorização das línguas nacionais. Muitos textos escritos - testamentos, títulos de vendas e obras literárias - deixam de ser escritos em Latim para serem escritos na língua vulgar. Tal processo ajuda a consolidar as línguas, tornando-as posteriormente símbolo de identidade das nações.

Depois de muitas lutas internas entre as dinastias rivais, no ano de 1290, o rei de Portugal D. Diniz fundou a primeira Universidade em Coimbra, decretando o uso obrigatório da Língua Portuguesa em seu condado. A consolidação da língua escrita significou, ainda mais, a afirmação da identidade desse povo. Observa-se que os primeiros escritos não apresentavam uniformidade, visto que não havia uma forma única de escrever as palavras. Cada usuário da Língua Portuguesa escrevia as palavras de acordo com sua pronúncia, tendo como referência a escrita latina.

A disposição das letras e a forma como eram escritas palavras em Latim, muitas vezes, não correspondiam aos sons produzidos na língua portuguesa, surge então a necessidade de se pensar maneiras de adequar às letras grafadas aos sons que eram pronunciados na língua vernácula. Os escribas portugueses, influenciados pelo sistema alfabético de outros países, acrescentaram novas letras ao seu sistema de escrita, incorporando, em seu código gráfico, outras letras que não estavam vinculadas ao alfabeto latino. Como nos diz Cagliari (1996, p.84):

“...Ao transpor do latim para o português as idéias ortográficas latinas da época, era preciso fazer alguns ajustes, uma vez que o português tinha vogais e consoantes que não se encontravam no latim. A imaginação criativa das pessoas começou a encontrar soluções, indo buscar em todas as línguas a que podiam ter acesso. Assim surgiram os dígrafos com H (talvez por influência do Italiano), o Cê-cedilha (por influência do Espanhol) o Jota (por influência do Francês) e os acentos agudo e circunflexo para diferenciar qualidades vocálicas do tipo Ê, Ê, Ó, Ô (certamente influência do Árabe).”

Através de um longo processo, os usuários da Língua Portuguesa foram construindo uma forma de grafar convencionalmente a língua vernácula. Havia muitas divergências sobre o melhor uso das letras na escrita dos vocábulos. De um lado, encontramos os adeptos da escrita de acordo com a tradição latina; de outro, os que lutavam pela inovação do sistema de escrita com base no idioma falado. Como

não existia uma gramática neste período, cada indivíduo escrevia como bem entendia. Nesse período, é possível encontrar, em um mesmo texto, vocábulos sendo grafados de três modos diferentes (boõns, bõns, bons), comprovando a falta de estabilidade no uso das letras para registrar as palavras. Se observarmos a grafia de Caminha, identificaremos um modo de escrita bastante peculiar no século XVI.

"...afeiçam deles he seerem pardos maneira dauermelhados de boõns rrostros e bons narizes bem feitos. / amdam nuus sem nenhuua cobertura, nem estiman nhuua coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas, estam açerqua disso com tamta inocemçia como teem em mostrar orrostro. / traziam ambos os beijos de baixo furados e metidos por êles senhos osos doso brancos de compridam dhuua mão travessa e de grossura dhuua fuso dalgodam e aguda na pôta coma furador. / mete nos pela parte de dentro do beijo e hóquei lhes fica antre obeijo eos dentes he feito coma rroque denxadrez e em tal maneira o trazem aly emcaxado que lhes nom da paixão nem lhes torua afala nem comer nem beber.."

A CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA: NOVAS EXPRESSÕES E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS

No Brasil as relações de poder, por meio da imposição de uma língua oral e escrita idealizada, se efetivam no percurso da história. Quando os portugueses chegaram nas terras brasileiras no ano de 1500, muitas línguas eram faladas pelas tribos que por aqui habitavam (Auaque, karib, Tupi, o Jê, entre outras). Isso fez com que os contatos entre os europeus e os índios ocorressem em uma esfera multilíngüe. Os contatos se acirraram com a chegada dos jesuítas no Brasil.

“O Padre Manuel da Nóbrega incentivou os estudos do tupi, mas nunca pôde aprendê-lo, por ser gago. Numa carta datada de 1549, escreveu: trabalhamos de saber a língua deles, e nisto o Padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado de ir viver às aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros e aprender com eles a língua e il-los (sic) doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua (intérprete) que m’o saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem (Diogo Álvares, o Caramuru), que nesta terra se criou de moço”. (PEAD, 2004)

No século XVI, havia no Brasil muitas línguas faladas pelos índios, os jesuítas, em seu processo de catequese, buscaram a identificação de aspectos comuns entres as diversas línguas. Eles observaram que do tronco lingüístico tupi-guarani muitas línguas indígenas foram derivadas. Da junção de aspectos destas duas línguas,

formulou-se língua falada por toda costa brasileira denominada **Nheengatu**. Segundo historiadores, o Nheengatu, ao lado do Português, foi a língua mais falada e escrita no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, visto que a educação neste período encontrava-se nas mãos dos missionários.

Diferente da Europa, onde os estudos eram realizados por meio do Latim, nas missões, inicia-se o processo educacional expresso pela língua indígena. Os jesuítas elaboram gramáticas, dicionários, traduções de orações, hinos e peças teatrais na língua dos índios. Data de 1595 a publicação de *Arte de Gramatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESU*.

Os registros lingüísticos que circulam na colônia sofrem uma série de modificações, na medida em que incorporam contribuições das línguas africanas (Nagô, Quimbundo, Congoesa, Yorubá) e de línguas européias. As novas formas lingüísticas vão sendo transmitidas aos descendentes. À medida que ocorre esse processo de miscigenação, o Nheengatu se consolida como marca de identidade dos habitantes que aqui moravam. Tal língua passa a ser interdita quando os jesuítas são expulsos do Brasil pela Coroa portuguesa no ano de 1759. Desejando unificar e garantir o poder político da colônia, sob um viés absolutista, **o Marquês de Pombal** decreta a proibição do Nheengatu nas escolas e em todos os registros escritos da esfera pública. As cidades que tivessem nomes indígenas deveriam trocá-los para nomes expressos no idioma português.

Apesar de a língua geral ser considerada um dialeto proibido, em muitas regiões do interior, onde a Coroa não tinha maior controle político, prevaleceu a oralização da língua geral. Neste processo houve a mistura do Nheengatu com o português fazendo emergir uma forma tipicamente brasileira de falar, o dialeto caipira.

Para se expressar por meio do português imposto pela Coroa, tanto índios, como africanos e mestiços tiveram de ajustar a sintaxe e a articulação dos fonemas de sua língua à pronúncia da Língua Portuguesa. De acordo com Martins (2003, p. 5), os índios tinham dificuldade para pronunciar o R e o L no final das palavras e por isso faziam a sua supressão. Para oralizar as palavras ‘animal’, ‘quintal’, ‘cantar’, ‘fugir’ e ‘querer’ eliminavam o som final, dizendo então: ‘animá’ ‘cantá’, ‘fugi’, e ‘querê’. Outro aspecto marcante no processo de apropriação do português, foi a dificuldade de os índios pronunciarem as consoantes dobradas.

Daí que, no dialeto caipira, “orelha” tenha se tornado “orêia” (uma consoante em vez de três; quatro vogais em vez de três), “coalho” seja “coaio”, “colher” tenha virado “cuié”, “os olhos” sejam “o zóio”... E no Nordeste ainda se ouve a suave “fulô” no lugar da menos suave “flor”. Uma abundância de vogais em detrimento das consoantes, até mesmo com a introdução de vogais onde não existiam. Exatamente o contrário da evolução da sonoridade da

língua de Portugal, em que predominam os ásperos sons das consoantes. No Brasil, a língua portuguesa ficou mais doce e mais lenta, mais descansada, justamente pela enorme influência das sonoridades da língua geral, o *nheengatu*. (MARTINS, 2003).

Todo processo de apropriação cultural envolve transformações entre os agentes que apresentam saberes diferentes. Neste sentido, todo saber lingüístico constituído nas terras brasileiras se consolidou a partir das interações e das trocas constantes entre os usuários das línguas que eram faladas no país. É possível observar a forte contribuição dos índios na formação do vocabulário e no modo suave de pronunciar o idioma oficial. Outra influência marcante na constituição da língua falada no interior do Brasil foi a da cultura negra. Seguindo o paradigma da língua africana, os negros que aqui chegavam, ao se apropriarem do português, imprimiam modificações no modo de construir as frases expressas. De acordo com estudos lingüísticos, muitas das línguas africanas como o Nagô e o Quimbundo tinham um sistema de flexão diferente da Língua Portuguesa. Como em suas línguas não ocorriam flexão de número e nem de verbo, eles transferiram esse conhecimento para a sua forma de falar o português. Ressalta-se, também, as aglutinações de artigos no plural com um vocábulo comum da língua. Veja nos exemplos a seguir: 1º - aglutinação de sons: *zoreia*, *zunha*, *zoíó* (*as orelhas*, *as unhas*, *os olhos*), donde formações como *zoiá* (=olhar); 2º a flexão do verbo: eu canto, mas tu, ele, nós, eles canta; 3º - flexão de número: *as muié* chegou.

Como vemos, a Língua Portuguesa falada no Brasil sofreu diversas transformações. Muitos autores da literatura brasileira defendendo a existência de uma língua genuinamente brasileira. Tal proposta é justificada, na medida em que o contato do português com outras línguas no percurso da história fez da língua falada no Brasil diferente da falada em Portugal.

Em muitos momentos, os alunos quando estudam a língua materna em nossas escolas não reconhecem o idioma ditado nas gramáticas como a língua corrente utilizada no seu dia-a-dia. Estes alunos estranham determinadas construções frasais e a ortografia de determinadas palavras consagradas em Portugal. A linguagem escrita apresentada nas gramáticas demonstra-se distante da forma como a língua oral se apresenta no cotidiano. É preciso compreender que todo processo de apropriação de novos elementos lingüísticos distante da realidade imediata implica em mudanças graduais que não correspondem a cópia de um modelo, visto que língua é viva e dinâmica. A gramática, de certa maneira, apresenta-se como instrumento de opressão que impõe a forma da classe dominante como a fala correta.

De acordo com estatísticas recentes, a Língua portuguesa é falada e grafada por mais de 200 milhões de pessoas no mundo. Ela se apresenta como língua oficial no Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e

Príncipe compondo assim, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Além destes países, o idioma se mantém como língua de pequenos grupos em Macau, Goa e Timor.

No século XX ocorreram muitas tentativas de unificar a ortografia da língua portuguesa entre os países que se expressam através deste idioma, entretanto as diferenças de pronúncia, modo de realização das construções frasais, vocabulário, e forma de grafar as palavras apresentam muitas singularidades do ponto de vista lingüístico. A organização de um acordo impõe uma série de concessões dos diversos grupos que se comunicam através do idioma. Em termos econômicos, a unificação representa uma maior expansão do mercado editorial, visto que o alcance de materiais impressos com uma padronização ortográfica favorece o intercâmbio entre os países que falam a Língua Portuguesa. Por outro lado, homogeneíza-se o que há de mais vivo e singular na língua de um povo, a sua diversidade. Unificar um sistema ortográfico significa estabelecer um decreto, obrigando todos os países escreverem de uma nova forma, em que o padrão será determinado por um modelo de língua arbitrário e idealizado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAGLIARI, Luiz Carlos. Como não fazer reforma ortográfica: o acordo de unificação. R. Letras, PUCCAMP, Campinas 15(1/2) dez. 1996.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. História e estrutura da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, Prolivro, 1975.

CAVALIERE, Ricardo. Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira. Niterói: EDUFF, 2000.

HOUAISS, Antônio. A nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Ática, 1991.

OLIVEIRA, Fernão de. Gramática da linguagem portuguesa. 3.ed. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior, 1933. p. 30; 45.

PEAD. *Vocabulário como reflexo da cultura*. Disponível em: <<http://www.pead.letas.ufrj.br/tema10/vocabuloreflexo.html>>. Acesso em: 28 jan. 2005.

SARAIVA, Antonio José. Iniciação a literatura. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1999.

MARTINS, José de Souza. A proibição da língua brasileira. Folha de São Paulo, 20 jul. 2003. <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/manifesto/nheenga2.html>>. Acesso em: 28 jan. 2005.

